

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Regulamentação dos bioinsumos

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) pediu informações à ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, cobrando “prazos e transparência na regulamentação do Marco Regulatório dos Bioinsumos”. O parlamentar questionou como está a análise da minuta do decreto, solicitou cópia desse texto e quer garantias de que houve a participação do setor agropecuário - especialmente sobre a produção para uso próprio. Moreira enfatiza que a ausência de um cronograma oficial e a falta de clareza sobre o decreto geram insegurança jurídica para produtores rurais, empresas e pesquisadores.



CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Atrito diplomático com o Paraguai

A briga diplomática entre Argentina e Brasil já preocupava os produtores gaúchos que têm relação comercial com o país vizinho, mas agora outra frente de conflito regional também foi aberta. O governo do Paraguai convocou o embaixador do Brasil em Assunção e entregou uma nota oficial em protesto contra as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a Guerra da Tríplice Aliança.

Um belo dia

Durante discurso sobre investimentos em defesa realizado em Jacaré (SP), Lula afirmou que “um belo dia o Paraguai resolveu invadir o Brasil”, o que provocou forte reação das autoridades paraguaias. A Câmara dos Deputados do país vizinho aprovou moção de repúdio ao avaliar que a fala “distorce e minimiza” o sofrimento e a dimensão do conflito histórico, enquanto o chanceler Rubén Ramírez Lezcano enfatizou que o governo defenderá a “dignidade” da nação.

Parceiros comerciais paraguaios

A nova tensão diplomática acende o alerta no Rio Grande do Sul: o Paraguai figura atualmente como o oitavo maior mercado comprador das exportações gaúchas no mundo e o terceiro na América do Sul. O intenso fluxo comercial movimenta fortemente a indústria de máquinas agrícolas, equipamentos e produtos manufaturados do Estado, além de manter uma sólida relação com o agronegócio paraguaio. Para tentar conter os danos do episódio, o presidente Lula e o mandatário paraguaio Santiago Peña conversaram por telefone, mas a crise diplomática segue ativa com protestos formais e cobranças institucionais das autoridades de Assunção.

‘Plano Safra’ para a indústria

O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSD) defendeu a criação de instrumentos permanentes de crédito, planejamento e investimento para a indústria brasileira, nos mesmos moldes do suporte oferecido ao agronegócio. O parlamentar trabalhou na construção de um projeto de lei que aperfeiçoa as regras da política industrial, tecnológica e de comércio exterior. “Se o campo contar com o Plano Safra para incentivar quem produz, é hora de dar à indústria condições semelhantes para investir, inovar, gerar empregos e aumentar a competitividade do Brasil”.

Segurança jurídica

Schuch reforça que a medida trará mais segurança jurídica e previsibilidade para o setor produtivo, ressaltando que “uma indústria forte impulsiona a economia, abre oportunidades, gera renda e fortalece o desenvolvimento nacional”. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e agora aguarda análise do Senado.

Propaganda antecipada

Entrevista Especial

Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

A duas semanas do início da propaganda eleitoral, as principais preocupações do Ministério Público Eleitoral (MPE) neste momento são as propagandas antecipadas, conforme afirma o procurador regional eleitoral no Rio Grande do Sul, Claudio Dutra Fontella, nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**. Ele alerta os candidatos de que a Justiça Eleitoral entende como propaganda antecipada não apenas o pedido explícito por votos, mas também o que é compreendido como “palavras mágicas” que podem categorizar indiretamente apelo partidário em prol de uma candidatura.

O procurador usa como exemplo expressões como “vem comigo”, “vamos estar juntos no ano que vem”, que em material publicitário de partidos pode ser compreendido como propaganda eleitoral.

Fontella ainda aborda nesta entrevista alguns temas sensíveis ao MPE para o pleito deste ano. No âmbito da desinformação, ele destaca que é necessário que seja identificada, em uma campanha política, a intenção de desinformar. Quanto ao uso da Inteligência Artificial, o procurador afirma que é vedado alterar fatos, mas os candidatos podem se utilizar da tecnologia em outras situações.

Outro ponto que Fontella trata é sobre o respeito de partidos à cota de gênero em eleições proporcionais, em que as siglas precisam preencher 30% das candidaturas com mulheres. Historicamente muitas legendas utilizaram de “candidaturas laranjas” para violar esta determinação. Conforme o procurador, este é um problema que está diminuindo e os próprios partidos estão cada vez mais respeitando a cota.

Jornal do Comércio - Quais as principais preocupações com as eleições deste ano no RS?

Claudio Fontella - As eleições sempre são uma questão de momento. A nossa preocupação, agora, neste exato momento, no quadro atual, é a propaganda antecipada, a propaganda extemporânea. Porque a propaganda política, partidária, a que pede voto em si, ela só pode ser feita a partir do dia 16 (de agosto). Até lá, tudo é considerado propaganda extemporânea, irregular,

propaganda antecipada. E, então, a nossa maior preocupação é essa. Porque o candidato ou o pré-candidato que se vale disso, já inicia em vantagem em relação aos demais.

JC - Estão identificando muitos casos de propaganda eleitoral antecipada no Estado?

Fontella - O TSE baixou uma regra que, para caracterizar a propaganda, teria que ter o pedido de voto ou palavras chamadas palavras mágicas: ‘Vem comigo’, ‘nós vamos estar juntos no ano que vem’, ‘vamos estar juntos no mandato’, ‘contem comigo para fazer as mudanças tais se eu estiver no cargo’. Então, há muitos candidatos no limite. Eles vão ao limite. Usam a propaganda, usam o nome, o futuro cargo, mas não pedem voto. Fazem um convésote, se dizem pré-candidatos e pedem apoio, mas não pedem voto. Então, é muito caso a caso. Há um candidato em especial, que eu prefiro não citar, que nós já estamos na quarta representação, sendo que duas ou três foram de fato arquivadas, porque a gente achou o limite. A pessoa estava malhando, com o nome dela na camiseta e o número do partido. E aí estaria (fazendo propaganda eleitoral antecipada)?

JC - Essa questão das palavras mágicas como propaganda antecipada é um entendimento mais recente da Justiça Eleitoral...

Fontella - É o entendimento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Eles querem sistematizar. Há uma súmula que tem três questões que eles praticamente determinam o que é e o que não é violação da cota de gênero. É praticamente uma fórmula. E o TSE também quis criar uma fórmula para o que é considerado propaganda e o que não é considerado propaganda, aí se é fora do tempo (em que são permitidas as propagandas), extemporâneo,

é irregular. O pedir voto, ‘Vota em mim’, esse é o escancarado. E tem os outros: ‘Nós estaremos lá’, ‘com o apoio de vocês, nós chegaremos lá’. Teria que olhar o caso a caso.

JC - Sobre violações da cota de gênero em eleições proporcionais, isso segue sendo um problema recorrente?

Fontella - É que os partidos estão tomando bastante cuidado, porque há uma diretriz do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), do julgamento, com a perspectiva de gênero. Então, os olhos, e não só da imprensa e do próprio Judiciário, estão voltados para essa questão da obediência da cota de gênero, do uso da verba, porque há verba também para candidaturas negras, candidaturas de mulheres e candidaturas indígenas. Acho que não vai ser um problema, e ele já vem diminuindo bastante. Observo que ocorre muito mais quando é nas eleições municipais, porque não é fácil angariar lideranças daqueles interiores. Agora, para deputado estadual, para deputado federal, eu creio que há mais lideranças querendo participar (das eleições) do que não querendo. Então, fica fácil de preencher a cota.

JC - O uso da inteligência artificial em campanhas tem preocupado, e as regras da tecnologia foram definidas pelo TSE em resolução. Foram observadas irregularidades neste sentido?

Fontella - Não chegou nenhum caso, e a resolução é bem clara: (não é permitido) usar a Inteligência Artificial para alterar fato. Então, por exemplo, e eu gosto de usar esse exemplo: se um candidato vai gravar uma propaganda e está afônico, e usa a Inteligência Artificial para melhorar a voz dele, não tem problema algum, ele não alterou nenhum fato. Agora, aumentar (o número de) pessoas artificialmente



“A polarização preocupa, porque as pessoas saem do âmbito do debate e passam à agressão mútua”